



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 26

Sessão Ordinária de Dezembro

4.ª Reunião de 08-01-2007

Aos oito dias do mês de Janeiro de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, José Carlos Carvalho Pedroso, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, António Bastos Marques Rodrigues, António Óscar Moreira Paulo, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
João António Fernandes Pedroso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins (saiu às 23:00 horas), Margarida Dias Ferreira (saiu às 23:45 horas) e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 21:30 horas).

Nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais Manuel José Prior Pedreira Neves, Joaquim Manuel Silva Marques, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, e João Pedro Simões Dias, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, José Carlos Carvalho Pedroso, António Bastos Marques Rodrigues, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, Jorge Manuel do Nascimento e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Fernando Tavares Marques e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião por António Augusto Fontoura de Ataíde Guimarães e António Oscar Moreira Paulo, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁵

“Agradecemos os votos de um 2007 bem sucedido pessoalmente; politicamente também agradecemos, mas aí, há a sua ponta de “farisaísmo”, desculpe-me a franqueza, porque os nossos sucessos, são os insucessos dos nossos adversários e portanto a menos que se defenda que fique tudo na mesma, com sucessos gerais e então nessa altura (...), por aí sim, mas para isso ser assim, é preciso que o Partido Socialista, tenha grandes sucessos e a coligação fracasse não é? É evidente.

A interpelação é a seguinte: - eu não estive cá na última reunião, por razões que não interessará, mas tem a ver com a circunstância dos deputados desta Assembleia, puderem ter alguma antecipação e previsão do desenvolvimento dos trabalhos, ou seja da marcação das reuniões. Porque há pessoas que não tem uma total disponibilidade de si próprias, precisam de saber isso com uma antecedência mínima. Bem mas adiante, não é crítica nenhuma, é uma justificação.

Na última reunião o meu correligionário Raúl Martins, terá interpolado o Senhor Presidente da Câmara, - o Dr. Élio Maia, quanto a uma afirmação que o mesmo terá feito (-o hipotético, é porque eu não assisti), portanto é só o que sei de ouvir e me dizerem, sobre a dívida da Câmara, que na versão do Senhor Presidente seria de duzentos e cinquenta milhões.

Bem, é um número novo. Novo e gigantesco! O Senhor Presidente Élio Maia não mente, - dou isso barato, até me convencer do contrário. Quando me convencer do contrário tenho que ser convencido, realmente, portanto não mente. Portanto é a sua crença que a dívida seja essa.

Bem mas como isto não tem nada de místico, é uma crença fundamentada em contas, em documentos, em números, em somatórios. Bem e foi solicitado ao Senhor Presidente que forneça à Assembleia e é agora o momento próprio, porque vamos discutir as grandes Opções do Plano e Orçamento (tem a ver com o futuro imediato da Câmara), forneça os elementos onde fundamenta essa sua afirmação. Forneça ou pelo menos declare explicitamente, expressamente que vai fornecer e quando: hoje mesmo, amanhã, dentro de uma semana?

É essa a interpelação. Porque isto é muito importante para nós, neste dualismo: não mente; se não mente, por dever de lealdade e respeito institucional pela oposição, tem que fundamentar a afirmação e não pode fazer caixinha, não pode dizer, digo mais tarde quando estiver muito bem disposto e jantar bem. Não, tem que dizer já quando é que vai dizer.”

Vogal António Rodrigues (PS) ⁴⁶

Vogal José Tavares Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁶

“Reportamo-nos à reunião desta Assembleia do dia vinte e oito de Dezembro, sobre proposta do ponto 4 – Operação de crédito a curto prazo, da Ordem de Trabalhos, a qual foi freneticamente debatida e reprovada pela bancada PS e abstenção do PCP e Bloco de Esquerda.

Em nome da Freguesia de São Bernardo e das Associações, empenhadas no processo do ex-Centro de Saúde Mental, somos obrigados a manifestar publicamente o nosso desalento, a nossa desilusão, a nossa indignação, pela posição assumida pelas bancadas PS, PCP e Bloco de Esquerda.

Sendo assim, uma vez mais, queremos aqui esclarecer que o processo do ex-Centro de Saúde Mental, tem a vertente social, cultural, recreativa e musical de doze associações, que há seis anos, desesperadamente aguardam pelo prometido espaço físico. Em 18 de Janeiro de 2001, a então Câmara Municipal de Aveiro, presidida pelo Sr. Dr. Alberto Souto, no trigésimo primeiro aniversário da Junta de Freguesia de São Bernardo, em Sessão pública, protocolou a atribuição de espaços naquele imóvel, que a Câmara iria adquirir para cada associação. Foi escriturado e publicado no Diário da Republica.

Há muitos anos que aquele espaço está abandonado, desprezado e vandalizado, por negligência de quem prometeu. A Junta de Freguesia de São Bernardo, inúmeras diligências tem feito para despoletar esta situação. As promessas passaram de ano para ano, e nada de concreto se realizou. Já lá vão seis anos.

As Associações de São Bernardo, sentem-se discriminadas pela vossa posição, intitulada política. Estas Associações exercem actividades culturais, musicais e sociais, por onde militam centenas e centenas de pessoas, jovens e menos jovens, que dão o seu contributo para o bem da freguesia e do concelho de Aveiro.

São Associações, por onde passam direcções, que voluntariamente exercem o seu mandato e que não estão à espera, nem recebem senha de presença. A Freguesia de São Bernardo sente orgulho em possuir um associativismo positivamente ímpar e agora, e agora, repito, que esta Câmara está empenhada e encontra finalmente uma solução, para cumprir aquilo que os senhores durante seis anos, não foram capazes ou não quiseram, simplesmente e apresentando desculpas esfarrapadas, reprovam a proposta, politicamente também, inadmissível e reprovável. A Freguesia de São Bernardo, irá dar conhecimento da inviabilidade do PS e a abstenção do PCP e Bloco de Esquerda.”

Vogal António Rodrigues (PS) ¹⁴

Presidente da Mesa ¹⁵

“Senhor Deputado, a Mesa não quer interpretar mal as palavras que o senhor deputado acabou de proferir e interpretar de forma malévola a referência a um Presidente de Junta, como se um Presidente de Junta não tivesse legitimidade democrática para defender os interesses da sua Freguesia e dos munícipes que o elegeram.

Por isso se o Senhor Deputado, persiste nessas insinuações irónicas e pouco consentâneas, com o respeito que é devido a todos os elementos desta Assembleia, eu terei que usar prerrogativas regimentais, que vossa excelência muito bem conhece. Aliás pedia ao Senhor Deputado e a todos os deputados desta bancada que em vês de invocarem os números dos artigos, invocassem a figura regimental, que é contida nos vários artigos.

Entretanto vamos prosseguir na nossa Ordem do Dia (...); a Mesa entende que não há a figura de defesa da honra quando um Senhor Presidente de uma Junta de Freguesia, tenta fazer um relato objectivo, de situações políticas concretas, por isso a Mesa não concede mais a palavra para defesa da honra, sobre um tema político.”

PONTO 6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2007.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/12/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

O Presidente da Câmara fez uma breve introdução e seguidamente delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ¹⁸

“Permitam-me um parêntesis inicial para registar a forma elevada, correcta e séria como o Dr. Carlos Candal colocou a questão, acerca daquilo que foi aqui dito numa Assembleia anterior. Irei tentar ajudar, no esclarecimento daquilo que se passou. O enquadramento é este: - estávamos no âmbito de analisar a comunicação na Assembleia Municipal, muitos senhores deputados colocaram muitas questões, diversas questões, e no âmbito da resposta que é dada a todos, portanto no âmbito de todas as respostas daquele conjunto alargado, numa comunicação, num registo verbal para aí de 20 minutos ou meia hora, é verdade que no meio de tudo o que foi dito e que disse, a dada altura disse assim, “- que a Câmara nos deixou uma dívida de cerca de duzentos e cinquenta milhões de euros”. Isto foi dito por mim, aqui, e foi dito inicialmente, “de cerca”, não foi depois corrigido para “cerca”, “cerca” logo inicialmente, isto foi dito por mim aqui, no âmbito da tal resposta de vinte ou trinta minutos, que eu tive aqui.

Qual foi o suporte dessa afirmação, que eu tive e do número que avançou?

Como sabem, e eu penso que sabem todos, ou quase todos, no relatório preliminar, que muita gente teve acesso já, da IJF, são ditas em resumo duas coisas essenciais. - a primeira, é que na análise feita ao universo municipal, houve coisas que não foi possível de ver, de averiguar, de quantificar. O relatório que ali está não traduz tudo aquilo que seria a realidade do universo municipal do município, essa é a primeira coisa que diz e a segunda coisa que diz, aponta para um valor total que refere de duzentos e vinte cinco milhões de euros. Como os duzentos e cinquenta, os “cerca de”, e tira mais 10% para um lado ou para o outro, se o número apontado se situasse entre os duzentos e vinte cinco e os duzentos e setenta e cinco, estaria abrangido por esse “cerca”. E foi com este enquadramento e que foi nesta base que saiu naquele momento aquela afirmação.

Quanto às “GOP’s” e ao Orçamento. É um acto normal de gestão, que aqui estamos a fazer, estamos também a cumprir aquilo que é uma obrigação legal. O executivo, apresentar à consideração da Assembleia Municipal, órgão máximo, as “GOP” e o Orçamento para o ano de 2007. Em termos cronológicos as “GOP” as grandes opções do plano, foram apresentadas e entregues em reunião de Câmara no dia 4 de Dezembro de 2006, e aos partidos políticos PCP, Bloco de Esquerda e PS, nos dias 4 e 5 de Dezembro de 2006. O documento completo foi entregue em reunião de Câmara dia 11 de Dezembro e foi votado pelo executivo dia 13 de Dezembro, tendo sido aprovado por cinco votos a favor e quatro votos contra. Em 2 de Janeiro de 2006, portanto no início do ano, foi constituída uma equipa, a equipa responsável pela elaboração deste documento que aqui está hoje, a ser analisado e foi definida a respectiva calendarização. Essa equipa é constituída por três elementos, pelo Dr. Pedro Ferreira, que o coordena, pelo Eng.º Carlos Santos e pelo Dr. Jorge Greno. Foi esta equipa que durante todo o ano, procurou ultrapassar a imensidão de dificuldades que iam surgindo, já que esta era a primeira vez, que de facto nós elaborávamos um documento destes do princípio ao fim. Ao longo do ano foram realizadas reuniões, fomos procurando todos acompanhar as principais dificuldades, que se iam erguendo e fruto dessa avaliação, desse acompanhamento, deixem-me deixar aqui duas ou três notas, que me parecem mais importantes, a primeira reflexão, a elaboração deste documento rege-se por regras legais, extremamente rigorosas e de cumprimento inquestionável. Não importa se nós achamos bem, ou se achamos mal; ou se concordamos ou não, temos que cumprir essas regras.

Por exemplo, somos obrigados a incluir no Orçamento as dívidas exigíveis e os compromissos assumidos pelo município, que estejam devidamente validados. Dada a situação financeira que é conhecida, só a inclusão destes valores, dá um Orçamento que é uma enormidade. Perguntam: - concordam ou concorda com isto? Não, não concordo! E não concordamos com isto. Penso que ninguém concorda com isto. Não só pelo irrealismo do valor a que se chega, mas pelo facto também de ao incluirmos o que vem do passado, com este peso, não termos espaço para pudermos incluir projectos nossos, novos que gostaríamos de incluir. E se no essencial nós já herdámos, - se pelo que herdámos já vamos neste valor, imaginem o que seria se nós acrescentássemos, todas as obras que nós pretenderíamos realizar. Pergunto, há forma de fazer diferente? Não. Somos obrigados a fazer assim.

A segunda reflexão prende-se com o tempo disponível, para uma participação mais abrangente, nomeadamente por parte dos partidos políticos e dos senhores deputados, na respectiva elaboração. Aprendemos muito e queremos aqui dizê-lo, no caminho que percorremos. Se o tivéssemos iniciado agora, haveriam coisas que teriam sido diferentes. Gostaríamos de ter criado uma maior oportunidade de todos terem participado. Acredito, acreditamos que no próximo ano será melhor.

Mas se quando nós nos julgamos, sentimos isto: - sentíamos que podia ter sido melhor; também é verdade que quando nos comparamos, nos sentimos confortados. Penso que nos últimos documentos, nos últimos anos, nunca os partidos políticos e os senhores Presidentes da Junta foram tão respeitados. Podem não ter sido ainda como desejavam ou como nós desejávamos, mas foram mais respeitados.

A terceira reflexão prende-se com o conteúdo do documento. Gostaria de relevar, mesmo com os constrangimentos já referidos, que foi possível prever a continuidade de projectos que se nos afiguram estruturantes para Aveiro, como é o caso a título de exemplo, a pista olímpica de remo, do ferry-boat, do núcleo de apoio à pesca, etc.

Uma referência ainda para a área social, para o avanço do processo da carta educativa e para a avenida de arte contemporânea. A aposta na criação do Gabinete de Apoio Integrado, cujo processo preparatório, tem vindo a decorrer com grande entusiasmo de todos os participantes, é algo que pretendemos relevar e que se nos afigura de decisiva importância, na criação de uma maior proximidade com os nossos cidadãos. Por último, que não é último, uma referência para os senhores Presidentes das Juntas, para os quais, apesar das dificuldades, foi possível manter o apoio do ano anterior, nomeadamente a transferência suplementar de 50% do valor, que lhes é atribuído pelo Orçamento Geral do Estado.

A quarta reflexão, ou consideração final, é de agradecimento à equipa que foi responsável pela elaboração deste documento, aos serviços, aos funcionários, aos senhores Presidentes das Juntas, e a todos quantos colaboraram e trabalharam para a concretização deste documento. A todos obrigado do nosso município.

E passaremos então agora para a apresentação formal do documento, à Assembleia e vou conceder a palavra à equipa responsável, ao Dr. Pedro Ferreira, ao Eng.º Carlos Santos, ao Dr. Jorge Greno, ficando naturalmente todos nós ao dispor no final, para procurar esclarecer as questões que entendam por bem colocar.”

(Entrou na sala o Vogal Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

Vereador Pedro Ferreira ²²

“Antes de mais queria desejar um bom ano a todos os senhores deputados municipais, e queria aproveitar apenas e só, como é óbvio já todos tiveram acesso ao documento, terão feito as vossas análises, queria só deixar duas ou três indicações, que nós achamos mais relevantes neste documento e para isso iria pedir a ajuda aqui do nosso quadro.

Duas ou três notas, a primeira em relação à diferença, em relação ao orçamento anterior e as seguintes em relação às situações das receitas e das despesas.

Em relação ao Orçamento anterior, nós tivemos um acréscimo de cerca de trinta e nove milhões de euros, em que se distribuem basicamente, obviamente que há umas situações diferentes, as GOP's têm valores diferentes como é óbvio, e têm outro impacto, nomeadamente em relação questão da SIMRIA, da SOMAGUE e da ETERMAR, que são três dívidas que nós fomos apurando ao longo do ano, e cheguei ao final do processo de apuramento das dívidas e do valor que tem que constar no Orçamento.

Temos também a pista de remo, de tal modo como estava calendarizada com o organigrama, com o cronograma financeiro já apresentado e votado nesta Assembleia. Temos um aumento no acréscimo de juros. Temos transferências várias entre administrações, que somam valores bastante elevados, e temos também um aumento de encargos, com os funcionários.

Queria-vos dizer que se este Orçamento, fosse feito de outra forma, provavelmente esta seria o valor mais correcto a indicar. E como podem ver desde as várias operações, temos dezasseis milhões que são para pagamentos, de várias dívidas, entre o leaseback, planos de pagamento assinados já com várias entidades, operação de factoring com o BPI, outros factoring's já assinados relativamente à SUMA e à ERSUC, encargos com vários empréstimos que temos, depois temos aqui encargos fixos, que são aqueles encargos com os quais a Câmara necessita para trabalhar e temos encargos de despesa com o pessoal. Para além disso estas são todas as despesas com o pessoal.

Em termos de GOP's 2007, eu chamo-lhe GOP's 2007, são GOP's que são definidas por este executivo, para realizar programas de todo o género, de acção política deste executivo. Nós temos dentro destas GOP's, há que chamar a atenção de duas particularidades; estão incluídas nestas GOP's, a pista de remo, que apesar de não ser uma GOP nova, já transita do ano anterior, mas de facto é algo assumido por este executivo, estão lá os oito milhões e meio de euros. Temos também a assunção de três empreitadas da sociedade Polis, tal como foi definido por este executivo também e portanto, só entre essas duas entidades, temos previstos catorze milhões.

Gostava de lhes dizer e isto, julgo que foi aquilo que mais foi questionado em termos de opinião pública, em relação ao Orçamento e dos vários partidos. Temos claramente que dividir em três situações, nós temos duas alíneas específicas, as rendas e a alienação de terrenos, que estão no Orçamento, para fazer face às dívidas passadas e nós porque temos noção que os encargos financeiros que a Câmara teve e como puderam ver no slide anterior, já são muito elevados e nós não podemos continuar a ter juros, porque estamos a delapidar o nosso dinheiro, que poderia ir para outras coisas (em juros bancários), portanto é opção desta Câmara e tal como também foi afirmado pelo Senhor Presidente, há um relatório preliminar que aponta claramente que há serviços que tem encargos muito elevados para a Câmara e portanto essas rendas são de concessões e de rendas várias.

Em relação à alienação de terrenos, há um valor que é superior em relação ao passado, e nesta alienação estão incluídos também os terrenos do Plano Pormenor do Centro, que estão fruto de um leaseback, portanto nós para nos libertarmos desse leaseback teremos que os vender e estão ali. Há terrenos novos e esses estão definidos no Orçamento, vocês veem, são terrenos que não têm ónus nem encargos financeiros e pelos quais é uma maneira (e tal como também refere o relatório preliminar) da Câmara fazer pagamento das suas dívidas.

Depois, temos outras várias receitas, que eu pus aqui apenas capital e correntes e vocês podem analisar no orçamento e como vocês vêem, dá ali um valor de cento e três milhões e seiscentos, que se compararmos com aquilo que está no slide anterior, estamos perto dos mesmos valores e portanto estamos a ver aqui que sem estas duas, temos um orçamento praticamente equilibrado. Portanto estas duas rubricas que vocês têm, são rubricas que de facto são para fazer face à dívida.

Em relação ao ano passado, nós tínhamos no orçamento passado, a hipótese da contracção de um empréstimo de reequilíbrio financeiro, tal como nós dissemos antes aqui, já se assume politicamente, que não será através desse tipo de fórmulas, porque estamos a aumentar, pode não ser este ano, nem podia não ser no próximo, porque há sempre carências de capital, mas estamos a encarecer para o futuro a dívida da Câmara, e por isso mesmo achamos que esta é a maneira, não só de criar dinâmica na cidade mas pagar as dívidas e os serviços continuarem a ser usufruídos pelas pessoas.

Queriam-vos deixar aqui também uma indicação, estão aqui as várias (não vos vou maçar com isso) obras primordiais, que foram discutidas com todas as Juntas, são obras que já estão adjudicadas, e estas são as que nós pretendemos avançar. Isto foram reuniões que foram feitas com as Juntas e eu não vos vou..., - se quiserem perguntar alguma em específico, nós iremos avançar primordialmente com estas.

Ficando como é obvio à vossa disposição.”

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ^{uu}

Vogal António Regala (PCP) ^{uu}

Vogal Jorge Afonso (BE) ^{uu}

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ^{uu}

“Senhora Presidente, esta introdução que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos apresentou sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento, não deixou de me surpreender, porque o Élio Maia que eu conhecia, não foi o mesmo que fez esta introdução às Grandes Opções do Plano e Orçamento: - e porquê?

Porque não é que aquilo que nela refere, não seja importante, mas aquilo que omite é de uma gravidade enorme e portanto contradiz aqueles valores que todos nós conhecemos e pelos quais ele sempre se pautou durante a sua vida autárquica.

Portanto basta referir algumas das questões constantes no relatório, ou digamos no desenvolvimento das Grandes Opções do Plano e Orçamento.

As receitas correntes, analisando-as mais detalhadamente, verificamos que há uma baixa dos impostos directos, relativamente aquilo que foi previsto no ano passado de 45%; e esta baixa, portanto é colmatada com um valor enorme de rendas, rendas que representam 56,5% das receitas correntes, e em lado nenhum se refere qual a proveniência destas rendas.

Provavelmente portanto, são também empresas municipais, às quais se pretende dar outro destino. Mas se assim é, quais são as empresas(?), quais são os critérios de avaliação(?), quais os critérios que estiveram por de trás desta previsão? Porque estamos a falar de um valor enorme.

Nas receitas de capital, também fala em alienação de partes sociais no valor de três milhões e quatrocentos mil euros. Que empresas? Que critérios de avaliação? Portanto são desconhecidas.

Depois ainda nas receitas de capital, prevê-se uma baixa do aluguer de espaços e equipamentos, de dois milhões e meio, para trinta e cinco mil euros. Também nas receitas dos resíduos sólidos, também se passa de cinco milhões para dois milhões. Acho que variações desta natureza, mereciam algo mais do que um número que vem no local. Relativamente às despesas correntes, cujo aumento ronda os 37%. O pessoal aparece com 10%, os encargos com a saúde com mais 19%, as contribuições para a Segurança Social com mais 34%, as aquisições

de serviço com mais 73%. Previsões do ano anterior muito desajustadas. Houve aumentos extraordinários este ano.

Nestas aquisições de serviços, verificamos que a verba referentes a estudos aumentam 44%. A recolha e tratamento de resíduos sólidos mais 33%. A recolha, tratamento e transporte de influentes passa de 1 milhão para 11,8 milhões. Penso que este é aquilo que se refere a um parágrafo que só diz isto: “- também a regularização da relação com a SIMRIA, se reflecte significativamente nas despesas previstas”. Pensamos que era preciso dizer mais aqui.

Como com certeza se lembram, numa assembleia anterior, eu perguntei se a proposta que a Câmara ou o acordo que a Câmara tinha feito com a SIMRIA, tinha tido por base só uma proposta ou se várias propostas na mesa. Portanto foi-me respondido que só havia aquela proposta, que foi a seguida pelas restantes Câmaras.

Portanto, digamos foi uma decisão de “Maria vai com as outras”. Mas eu espero, porque eu vou-me eximir a dizer a verdade das propostas, que estiveram em cima da mesa; - porque a Câmara tem a obrigação de as dizer, e portanto não vou ser eu, que vou dizer qual era a outra proposta.

Para terminar congratulo-me com o exemplo da Assembleia Municipal, que em termos de despesas correntes, portanto prevê uma diminuição de 62%.”

(Entrou na sala o Vogal António Augusto Fontoura Ataíde Guimarães)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰¹⁴

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹⁵

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰¹⁶

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) ⁰¹⁷

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰¹⁸

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰¹⁹

“Estamos aqui para discutir e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados para o ano de 2007. Tarefa difícil e ingrata, mesmo para quem detém algum conhecimento destas matérias, dado o completo irrealismo e a total falta de discernimento dos documentos que nos foram apresentados.

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOPs) da CMA para o ano de 2007 (cujo 1º rascunho num logrado arremedo de tentativa de cumprimento dos direitos de oposição estatuídos na lei nos foi tardiamente distribuído) que deveria explicitar as principais linhas de orientação estratégica e as prioridades deste executivo para o nosso concelho nos próximos anos e, particularmente, as iniciativas e acções mais relevantes para 2007 (enquadráveis no mandato de quatro anos iniciado em 2006), mais não é do que um falacioso somatório de acções dispersas, sem qualquer fio condutor e mais do que isso: Construído por este executivo na plena consciência que não tem qualquer possibilidade de ser cumprido.

As GOPs apresentadas são um documento onde caótica e erraticamente, sem unidade e sem linha condutora, se faz uma confusa colagem de medidas avulsas que não consegue ocultar a ausência de uma estratégia integradora e, muito menos, o carácter incoerente da esmagadora maioria das medidas propostas.

Estas GOPs são a prova provada de como não se deve construir o documento estratégico fundamental da vida municipal que deve levar em conta as condicionantes e o quadro económico existente (não só ao nível autárquico mas também aos níveis nacional e internacional) e expressar os projectos que concretizem o programa eleitoral apresentado pela maioria ganhadora das eleições autárquicas.

Alguém acreditará que seja possível discutir seriamente este anárquico plano de intenções sem qualquer significado, cujo montante para 2007 atinge um valor superior a 136 milhões de euros, quando ainda na última reunião desta sessão fomos informados que as despesas de

capital pagas durante o ano de 2006, até ao mês de Novembro, rondavam os 8,3 milhões de euros? Alguém pode, seriamente explicar o que se esconde atrás da farfalhice sem nexo destas GOPs?

E o montante destas GOPs seria profundamente ridículo e não despertaria mais do que uma sonora gargalhada, não fora conter a tragédia de enganar todos aqueles que afincadamente lutam pela implementação de projectos e pela execução de obras de fundamental importância para o nosso futuro colectivo comum, particularmente os homens bons que estão à frente das Juntas de Freguesias que julgam poderem ser cumpridas as promessas que estão inscritas nestas GOPs.

Quanta desilusão se irá verificar quando, daqui a um ano, se verificar que apenas cerca de 10% das intenções ora inscritas serão cumpridas e que as ansiadas obras desapareceram na voragem da imensidão destas GOPs, quanto ranger de dentes quando verificarem que foram enganados na sua boa-fé por uma pouco escrupulosa forma de fazer política.

As GOPs aqui são apresentadas pelo Dr. Élio Maia não são mais do que um gigante albergue espanhol de intenções cuja esmagadora maioria nunca verá a luz do dia e apenas foram inscritas para captar o voto de alguns incautos que ainda acreditam que a vida segue o mesmo fio condutor que os contos de fadas da sua meninice.

Não tendo mais tempo a perder sobre a dizer sobre estas Grandes Opções do Plano excepto o necessário para dizer que sendo grandes, não são opções e muito menos contêm qualquer plano, restará fazer algumas considerações sintéticas sobre o Orçamento para 2007.

O Orçamento é o instrumento técnico de gestão que reflecte quantitativamente as opções políticas tomadas por quem o define e apresenta. Com base numa determinada previsão de receita dever-se-á enquadrar a despesa e traçar as opções e estratégias políticas necessárias ao desenvolvimento do concelho procurando, ao mesmo tempo, equilibrar as contas da autarquia. Este documento deverá respeitar escrupulosamente os princípios e regras do Regulamento do POCAL, particularmente e, entre outros, o Princípio de Equilíbrio. A aplicação deste Princípio obriga a que se avaliem em primeiro lugar as receitas previsíveis e, a partir daí, se faça a difícil escolha das despesas que é possível realizar. O cumprimento das regras previsionais significa que não é permitida a dotação de verbas excessivas ou seja que não é permitido empolar o orçamento.

Ora em Aveiro, ao arrepio de tudo o que está estipulado, fez-se exactamente ao contrário. Populisticamente inscreveu-se nas despesas tudo aquilo que o executivo julga poder servir para captar votos do eleitorado e, posteriormente, tentou-se a todo o custo arranjar cobertura para as mesmas numa cómica efabulação digna de La Fontaine. Só que não há manta de tamanho suficiente para cobrir tal monstro.

O Sr. Presidente da Câmara na última reunião queixava-se que eu, ou achava que ele nada fazia, o que nem sequer pressupões qualquer juízo de valor porque é uma realidade por todos reconhecida, ou que o que fazia, fazia mal. Escusava era de, tão imediatamente e publicamente me dar todos os argumentos para o provar. De facto este documento, introduzido por um texto de uma aflitiva miséria franciscana, é um excelente exemplo de como não deve ser feito um orçamento. É a prova provada que eu tenho razão nas minhas afirmações e que o Dr. Élio Maia está errado e, portanto, não faz ou quando faz, faz mal.

O Dr. Élio Maia tinha-nos prometido um orçamento participado, atempado e pedagógico. Onde está esse documento? Que participação, que pedagogia inscreve este orçamento tão a destempo apresentado?

O Dr. Élio Maia tinha-nos prometido um eficaz controlo de despesas. Onde está? Onde é que tal se vê neste orçamento que é, sem dúvida o mais despesista dos que alguma vez foram apresentados em Aveiro? Quem ficará com o mínimo argumento para criticar o passado depois de analisar este orçamento onde as despesas engordam bem mais rapidamente do que bácoros em época de seba? Que nos dirá hoje o Professor Manuel Coimbra que há 2 anos, aqui,

perante um Orçamento pouco superior a metade deste disse dele o que a Mafoma não disse do toucinho?

O Dr. Élio Maia tinha-nos prometido investir na educação e nos parques industriais. Tinha prometido dissolver as empresas municipais. Tinha prometido devolver o poder às Juntas de Freguesia. Diga-nos. Onde é que isso se vê neste Orçamento Sr. Presidente da Câmara?

O Dr. Élio Maia tinha prometido não alienar os terrenos do antigo Estádio Mário Duarte.

Então não é que agora, no meio da imensidão de vendas previstas, lá aparecem os tais terrenos. E após essa saga vendedora, digna da maior imobiliária do norte do país, restará alguma coisa no nosso Município para vender? Pelo que se vê, por este andar, nem a estátua do nosso bem amado José Estêvão restará.

E Dr. Élio Maia, explique-nos lá, que disse nada nos contou até à data, como é que aquilo que apelida de regularização da relação com a SIMRIA se reflecte significativamente nas despesas previstas. E conte-nos lá em que parte do orçamento é que se prevê a reestruturação financeira do município?

Num Município em que as receitas totais anuais são, normalmente, inferiores a 50 milhões de euros o Sr. Presidente e este executivo propõem-se obter no ano de 2007 cerca de 191 milhões de euros de receitas sem recorrer a empréstimos bancários. Mais de 82 milhões de euros de receitas correntes (entre as quais 46,5 milhões de euros de rendas) e mais de 108 milhões de euros de receitas de capital (entre as quais mais de 80 milhões de euros da venda de terrenos). É obra e felicito-o senhor Presidente. Mas isso significa, se isso fosse possível acontecer sem que saia o Euro milhões à Câmara de Aveiro em dia de anafado jackpot, que a tal famosa dívida que lhe tem servido de alibi para nada fazer se inscreve, afinal, nos valores normais que uma dívida municipal deve atingir pois uma dívida de curto prazo inferior a 12% do orçamento anual e uma dívida de médio e longo prazo certamente inferior ao valor de um orçamento anual é uma situação financeira perfeitamente equilibrada.

Os documentos que aqui nos foram apresentados para discussão e votação não merecem qualquer crédito e pessoalmente acho que todo o tempo que gastarmos na sua discussão é tempo penosamente perdido. Só espero que o Sr. Presidente, olhos nos olhos com os munícipes, lhes venha dizer que é possível obter 191 milhões de euros de receitas no ano de 2007, lhes venha dizer que existe a mínima possibilidade de executar o que vem inscrito nestes documentos que aqui nos apresenta para aprovação. E se não o fizer, se nessa declaração pública não empenhar a sua palavra de homem honrado, considero que o que o Dr. Élio Maia aqui nos trouxe é um falacioso documento que nunca pensou ser exequível e que nunca pensou cumprir. E disso espero que retire e assuma as devidas consequências. Obviamente.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [uu](#)

“Brevemente, em primeiro lugar, eu não sei se percebi bem das palavras do ilustre Presidente da Câmara, mas pareceu-me que foi criada uma comissão para elaboração de um documento, uma comissão enfim, uma equipa de três elementos, segundo percebi, o Dr. Pedro Ferreira, o Dr. Jorge Greno e o Eng.º Carlos Santos.

Bem sei que o Presidente provavelmente não se deve ter alheado deste documento, pelo menos acredito que sim, acredito nisso, mas pareceu-me na altura, que faria todo o sentido que ele fizesse parte, que estivesse na equipa ou pelo menos que, enfim se é só uma equipa que o iria ajudar, quer dizer ficou um pouco, - admito que se possa ter enganado, porque este era o primeiro orçamento e o orçamento como todos sabemos, este era o primeiro orçamento deste executivo.

É o Orçamento onde pela primeira vez, por si só, sem desculpas, volvidas as eleições, há uns bons e largos meses, este executivo podia apresentar, que opções, que futuro para Aveiro, que desejo, que projectos, que promessas cumpridas, que promessas pretendem ou não cumprir. E o que se vê é: o estádio Mário Duarte, que aparece surpreendentemente, após varias declarações

do Presidente da Câmara, recentemente eleito, em várias declarações a dizer que seria sim para cumprir, que não iria vender, e aparece inscrito para venda; e sobretudo é isto que é espantoso, é que não se consegue vislumbrar, isso sim é que eu penso que seja realmente uma traição, no sentido político, é evidente, ao real sentido do voto que foi dado ao actual executivo, que foi o voto de puderem reequilibrar as finanças da Câmara, porque a dívida diziam na campanha eleitoral era de cerca de cento e oitenta, duzentos milhões de euros, agora já vão em duzentos e cinquenta e já não estamos em campanha (até ouvi trezentos hoje).

Portanto estou muito curioso sobre os resultados da auditoria, que já lá vai há um ano, estou ansioso pelos resultados. Estamos todos; - e falam-nos das ideias..., oh Senhor Deputado João Carlos Valente, o PS como partido da oposição, está disposto a dialogar, discutir seriamente e aprovar, ao lado da actual bancada da posição, as soluções financeiras para a Câmara de Aveiro. Mas este (e não esqueça isso) que o seu partido em coligação com o CDS/PP foi eleito, formou o executivo, formou equipa, para apresentar soluções e não apresentou nenhuma. Está há um ano e dois meses a gerir a Câmara de Aveiro, e não apresentou nenhuma, nem sequer foi capaz ainda de dizer concretamente, fora algumas atoardas que vão surgindo, quer por alguns membros desta Câmara, ou ex-membros desta Câmara, ou pelos actuais ou pelo Presidente, vão sendo..., palavras “de cerca”; com “10% de diferença”, que representam tão só milhares de contos e milhões de euros e portanto fico sem perceber e gostava de perceber.

Fico sem perceber os argumentos de quem sempre tanto lutou nas bancadas, na altura da oposição, contra orçamentos inflacionados, - este é claramente um orçamento inflacionado, claramente; o Sr. Prof. Manuel Coimbra saberá isso, consegue, aliás é evidente, e o que me faz de facto alguma espécie é, eu não consigo, - andei à procura nas obras que iam ser feitas e este orçamento dá para a construção de dois estádios Mário Duarte. Dois novos estádios Mário Duarte e eu não os vi lá inscritos, se calhar até mais, dava para fazer quatro talvez.

Ora bem e depois uma nota final, para apresentar também uma proposta, para constituição de uma Comissão. Eu creio que a PDA, vai ser nos próximos anos o maior motor de investimento no município. O maior investidor do município. Vai também, juntamente com aquele espaço à volta do estádio, é uma oportunidade única e é um sítio estratégica do que é o desenvolvimento urbano do município nos próximos anos e portanto eu acho que esta Assembleia Municipal, devia criar uma comissão de acompanhamento para a PDA, aliás como criou e bem para a EMA, para o acompanhamento da EMA e portanto vou apresentar à Mesa, em meu nome e em nome do grupo municipal do PS, uma proposta para constituição de uma comissão, e é do seguinte teor: «**PROPOSTA** - De criação de uma comissão de acompanhamento à empresa municipal PDA e espero que seja aprovada por todos, unicamente com o sentido de acompanhar e podermos dar sugestões e termos o dedo específico, no que é uma empresa que vai representar um papel fundamental no desenvolvimento do concelho e do município nos próximos anos».”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Gostaria de começar por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, esta apresentação clara com que nos presenteou, e também ao Senhor Vereador, porque estando eu há tantos anos nesta Assembleia, nunca tinha ouvido uma apresentação desta maneira, pondo muito claramente as opções, os constrangimentos, com que este orçamento, e este Plano de Actividades e Grandes Opções do Plano, teve que ser feito. E a sua apresentação foi tão clara e apresentou-nos e tirou-nos logo uma série de dúvidas, que foi realmente um tormento, para aqueles que vêm para um debate já com o seu improviso escrito, e que por isso não têm a capacidade de puder improvisar de tal maneira, que pudessem ter cortado parte desse seu próprio discurso, porque ficaram completamente descabidas, dadas às respostas que o Senhor Presidente da Câmara já nos deu. Por isso não faz sentido e por isso lá longe vão os tempos,

em que nós usávamos a oralidade e usávamos os argumentos, para podermos ter um debate e não, agora muitos limitam-se a reproduzir textos escritos, sabe-se lá por quem.

Gostaria também de dizer que muitas das omissões que ainda existem neste orçamento, se devem tão simplesmente ao facto de nos últimos oito, nove anos, o Partido Socialista ter omitido muitas das rubricas, que eram importantes para nós percebermos qual era o passivo da Câmara Municipal de Aveiro, por isso foi informação que foi sonegada a esta Assembleia Municipal, que por várias vezes e não só pelas bancadas, na altura da oposição, foi pedida, mas o que é um facto, é que essa informação nunca nos foi dada; e tanto não foi dada que neste momento, mesmo passado todo este tempo, ainda é informação que de uma ou outra maneira se continua a encontrar escondida e que por isso e é só assim que eu entendo que os resultados da auditoria, que foi feita pela IJF, ainda não tenha o seu relatório o seu relatório final divulgado. É só essa a explicação com certeza, porque não posso encontrar outra.

Este orçamento, apesar de ter uma dotação, que se pode equiparar às dos anos anteriores, naquelas alturas em que nós não tínhamos receita para cobrir as previsões de despesa, em que este município embarcava com o apoio da bancada socialista, é um orçamento que não tem nada a ver. É que no passado, os nossos orçamentos eram feitos, para justificarem despesas que nós de maneira nenhuma podíamos fazer, porque não tínhamos capacidade financeira para as fazer, e por isso empolvavam-se receitas, para pudermos justificar, fazer despesa que depois não se pagava.

Este orçamento não tem nada a ver com isto. Este é um orçamento de honra, de querermos honrar os compromissos assumidos, pelo executivo municipal do passado, - apesar de ser um executivo que nós nunca concordámos com as suas opções políticas, sentimo-nos agora na obrigação, - e louvo o Senhor Presidente da Câmara e esta Câmara, por honrarem esses seus compromissos de obras, que não eram nossas, de compromissos assumidos em simultâneo, que fizeram com que este município hoje, se possa sentir arruinado. Mas de cara lavada e com a sua honra dignificada por este orçamento, e como o Senhor Presidente explicou muito bem, cento e trinta milhões deste orçamento é só para assunção da dívida, não é mais do que isso. As Grandes Opções do Plano desta Câmara são os tais sessenta milhões, que sempre se falou, porque é esse que nós gostaríamos de ter, eram essas as obras que nós gostaríamos que os nossos municípios pudessem usufruir com esta Câmara Municipal.

Este município não tem que ser dono, esta Câmara Municipal não tem que ser dona de tudo quanto sejam edifícios, de tudo quanto sejam terrenos, de tudo quanto sejam as mais variadas situações que neste momento esta Câmara Municipal tem dirigido, aliás esta é uma crítica que o Senhor Presidente da Câmara tem feito já várias vezes e se tem lamentado de que (e é verdade, eu subscrevo), que este município tem que ser simplesmente é um regulador.

Esta Câmara Municipal de Aveiro, aliás como os municípios, tem que ser reguladores da actividade económica ao nível do seu município, daquilo que se vai fazendo, de bom é de incentivar, daquilo que se vai fazendo de mau, tem que se travar: é isto que o município deve fazer, é isto que este orçamento transparece. Um município que quer abrir mão daquilo que não vale a pena fazer, continuar a gerir porque há outros que o podem gerir bem e melhor, e dar tempo para que este município, este executivo possa executar e possa exercer a sua função de entidade reguladora, para que o município possa avançar, muito mais facilmente, com muito mais ligeireza em muitas áreas.

E este é um orçamento, que transparece uma solidariedade municipal e eu também nunca vi isto em mais nenhum outro orçamento. Há aqui uma solidariedade municipal entre todos, ao nível social, ao nível da educação, ao nível da cultura. É muito importante que isto se diga, é muito importante porque nos orçamentos do passado esta solidariedade, as Juntas de Freguesia estarem juntamente com a Câmara Municipal a participar na execução e no progresso deste município. E por ultimo gostaria de realçar uma outra vertente, que também me é muito cara e que também é uma filosofia deste orçamento, compreendo que alguns achem

que este município não apresenta nenhuma filosofia, bom porque se calhar já tinham o discurso escrito antes do Senhor Presidente da Câmara nos ter realçado este aspecto, bom eventualmente não sei por outras razões, eventualmente por não terem lido os documentos, mas o que é um facto é que este orçamento, estas Grandes Opções do Plano, mostram-nos claramente que nós queremos um município virado para a água, virado para a ria, virado para a cultura e uma cultura que seja participada por todos, participada pelos cidadãos, participada pelas associações. Através do apoio às nossas associações, às Juntas de freguesia e um usufruto por parte do cidadão, que nós podemos conseguir que este município, seja cada vez melhor.

É claro que é uma postura completamente diferente da postura do passado. É claro que por isso eu aceito que os nossos amigos socialistas aqui presentes, até possam votar contra porque realmente no passado, aquilo que nós verificaríamos era um autoritarismo por parte do Senhor Presidente da Câmara e uma arrogância por parte do Senhor Presidente da Câmara e por isso pasme-se quando nós ainda verificamos que na justificação de voto dos senhores vereadores do partido socialista, dizem que este Presidente da Câmara tem uma postura de certa arrogância, e de falta de saber estar democrático, quer dizer e isto é daquelas coisas que se este Presidente da Câmara é acusado de arrogância, quando participa com todos(?); o que é que não diriam se conhecessem as facetas que pelos vistos não conheceram do anterior Presidente da Câmara. E por isso gostaria só de terminar, congratulando-me e dizendo que felicito o Senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores pelo facto de nos presentear, a nós e a todos os munícipes aveirenses, com este orçamento, um orçamento de dignidade, de rigor e de futuro.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²³

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰²⁴

Vogal Orlando Terra Seca (PS) ⁰²⁵

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰²⁶

Vogal Óscar Paulo (PS) ⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰²⁸

“Vou tentar responder aquilo que souber responder. Obviamente a maior parte das intervenções, foram opiniões em relação ao documento e não propriamente questões, apenas algumas informações que eu registei.

O deputado António Regala, começou a sua intervenção por dizer que há uma inépcia e que revela inépcia em resolver a situação financeira da Câmara, mas depois terminou a dizer que há medidas ocultas no documento. Só há inépcia há medidas, temos que perceber melhor as suas afirmações.

O deputado Jorge Afonso referiu mais uma vez a questão das freguesias urbanas e não urbanas. Em relação aos dinheiros que as Juntas dão a associações, é das juntas, nós não podemos, nem temos nada a ver com isso. Aquilo que nós fazemos é tentar distribuir o mais equitativamente possível.

Em relação ao deputado José Costa, transmitir-lhe que de facto há acertos de receitas, principalmente de impostos directos, que eu julgo que pela primeira vez não estão empolados, e por isso é que alguma há baixa de valores; - é o mais aproximado da realidade decorrente do ano que nós temos.

Em relação à questão da SIMRIA, eu encorajo-o a dizer qual é a outra proposta, porque de facto não conheço mais nenhuma proposta, do que aquela que foi feita e era para nós importante conhecer essa outra proposta.

Em relação à Assembleia Municipal, o abaixamento de 62%, julgo que os investimentos estão quase todos realizados na Assembleia e portanto daí há abaixamento.

Em relação aos encargos com os trabalhadores, o Jorge Greno vai transmitir isso. Também em relação à questão que levantou, o deputado Fernando Marques, - campos sintéticos, o Dr. Jorge Greno também fala sobre isso.

Houve uma afirmação que eu registei do Deputado Raúl Martins, que é a questão dos Presidentes de Junta, em relação aos cumprimentos daquilo que está definido em termos de obras e transferências. Chegámos ao final do ano de mandato e julgo que os Presidentes de Junta podem todos afirmar se cumprimos ou não, em relação aquilo que nos comprometemos inicialmente, e que estamos cá para ver no próximo ano.

Em relação ao Deputado Pires da Rosa, - “reequilíbrio versus traição”, (promessas, medidas), julgo que estão reflectidas medidas em termos de receita.

O Manuel António registei a questão das GOP's, estarmos com um orçamento e com um plano de actividades virado para a Ria, de facto assim é. Das GOP's definidas para 2007, 45% são investimentos directos na ria ou na sua envolvente.

Deputado Orlando Terra Seca, - e para que nunca diga que eu não respondo às questões, mas ele saiu; portanto, registar a questão do papel higiénico. De facto temos lá uma dívida de sete mil euros, a uma empresa de Braga.

Deputado Óscar Paulo, eu julgo que este não era o sítio para estas questões. Por último e peço desculpa porque foi um lapso que me ocorreu da primeira intervenção que fiz, não ter falado dos Serviços Municipalizados. Transmitir-vos que há um abaixamento em termos de orçamento, de facto nós registámos em 2006, se calhar o grande investimento final em termos de infra-estruturas nos Serviços Municipalizados; - estamos a falar obviamente, da obra de saneamento de Oliveirinha, aquilo que falta fazer é residual, há aqui um investimento assumido para começar em 2007, que é o investimento na nova sede dos Serviços, junto às instalações que têm em Cacia.”

Vereador Jorge Greno ¹⁰²

“Relativamente às duas questões em aberto, relativamente à questão posta pelo Senhor Deputado José Costa, e tanto quanto percebi, questionou-se à alteração nas despesas com o pessoal, se havia alguma diferença relativamente ao orçamento do ano passado.

Efectivamente o ano passado, em termos de salários estavam previstos seis milhões de euros e o valor foi seis milhões duzentos e cinquenta, - o real; portanto houve aqui um erro de orçamentação no ano passado.

O que está previsto para este ano é 2,5% de aumento relativamente ao valor real de 2006. Há aqui a acrescentar a isto o aumento das contribuições para a Segurança Social, que também afectam significativamente a parte das verbas da Segurança Social, mas quanto a isso os senhores sabem, tratam-se de imposições legais e como tal têm que estar reflectidas no orçamento.

Quanto ao Senhor Deputado Fernando Marques e aos campos sintéticos; - efectivamente é uma necessidade que o concelho de Aveiro tem, de começar a pensar em campos de futebol sintéticos, não temos nenhum, ao contrário de todos os concelhos que nos rodeiam e cada vez têm mais. Naturalmente que a Câmara não pode e nem poderia, se a situação económica fosse outra, estar a oferecer campos sintéticos a todos os clubes. Aquilo que estamos a procurar fazer, é primeiro quantificar quais são as reais necessidades, quais são os clubes que efectivamente têm necessidades, e depois tentar ver quanto é que custará em grupo, comprar um determinado número de campos sintéticos e é naturalmente ver que os clubes, que tenham

interesse, têm também de arranjar formas de financiar parte desse investimento, porque também lhes dará possibilidades de realizarem receitas que hoje não tem, porque os campos sintéticos como todos sabem, permitem uma utilização 24 horas por dia, no limite, e os clubes poderão começar a fazer receita através de aluguer a entidades, a escolas, empresas, etc., e criar até tipo de receitas, que mesmo hoje os campos pelados, que exigem menos manutenção, não permitem uma ocupação tão grande, como permitirão os sintéticos.

Portanto este processo está em desenvolvimento e esperamos que no corrente ano comece a fazer luz, quanto a esta carência.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁶³⁰

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶³¹

“Relativamente à questão da SIMRIA, digamos eu aconselho a Câmara a ler o relatório de 2005 da SIMRIA e depois se não entender, pode convidar uma comissão aqui da Assembleia a ir à Administração da SIMRIA, porque eu não quero presumir que a Administração da SIMRIA, desconsidere Aveiro. Essa é a minha sugestão.

Deduzi que relativamente a não explicar pormenorizadamente a questão das rendas, provavelmente foi o número obtido por diferença. Não quero acreditar nisso. Se não é (?), era bom que explicasse; assim como a alienação de partes sociais e a baixa da previsão de rendimentos do aluguer de espaços e equipamentos, - a não ser que tenham pago adiantado, não sei e também as receitas dos resíduos sólidos, a diminuição.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶³²

“Algumas coisas que eu gostava de perguntar, porque só soube nesta Assembleia e agora gostava que me esclarecessem perfeitamente nesses assuntos.

SIMRIA: é ou não verdade, que o contrato com a SIMRIA, nunca entrou em vigor no tempo do Dr. Alberto Souto, porque existia um contrato anexo, que dizia que o contrato só entraria em vigor, após uma deliberação da Câmara? (primeiro aspecto).

(Segundo aspecto). É ou não verdade que teria sido negociado entre a Câmara de Aveiro e a SIMRIA, um acordo, que depois foi generalizado, a todos os municípios e transcrito a paginas 55 do relatório da SIMRIA de 2005, de que a pretérita dívida da Câmara de Aveiro, deveria ser paga ou entrar em acordo de contas ou ser paga, com os dividendos que a SIMRIA haveria de distribuir, pelos seus sócios, a partir do ano de 2015? E se assim é, porque é que já com este executivo, foi aceite a dívida e pelos vistos, uma dívida de tão grande grandeza. Ouvi falar de onze milhões de euros.

Segundo aspecto, que eu gostava de ver esclarecido, já que segundo ouvi, está-se aqui numa política de verdade, é bom que se digam as verdades. Quando se pôs o valor das rendas, nas receitas correntes deste orçamento, foi só uma martelada para acertar as receitas, para acertar o orçamento nessa área, ou esse valor corresponde a alguns pensados, concessões, vendas, pelos vistos o senhor vereador do pelouro falou do Teatro Aveirense, depois veio logo a Dr.ª Maria da Luz Nolasco dizer que ninguém lhe tinha dito nada, etc., etc., etc. Corresponde ou não a esse valor que foi inscrito, a um somatório de valores pensados (?) e gostaria de saber, se nesses valores pensados está a água e a concessão da parte da água?

Finalmente, só para complementar as minhas perguntas, digam-me com a sinceridade que puderem, se é facto ou não que este orçamento contrariamente aquilo que devia ser feito começou pelas despesas? Isto é, começou por se chamar de qualquer forma os tais Presidentes de Junta, prometendo-se-lhe que podiam fazer quatro obras a cada um, e depois é que se viu

quanto eram as despesas e a partir daí, enfim começou-se a pensar, como é que vamos resolver o problema agora na parte das receitas. E por aqui me fico para já.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³³

“Em primeiro lugar uma breve nota, ao senhor representante da Junta de Freguesia da Vera Cruz, que a intervenção que fiz não tem qualquer juízo de valor sobre os senhores presidentes ou os seus representantes de Juntas de Freguesia. O que fiz foi tentar sensibilizar esta Assembleia, de facto para a diferença de tratamento que há entre as freguesias urbanas e não urbanas e como pode ver, enquanto o senhor vem aqui reclamar o calcetamento de vinte metros de um passeio, os senhores presidentes das juntas de freguesia e mais concretamente o de Cacia que eu conheço bem, faz com os dinheiros parcos que lhe são distribuídos, muito mais que isso. Portanto é por isso que eu costumo dizer que a junta de freguesia da cidade é a Câmara Municipal e não as Juntas de Freguesia.

Relativamente ao documento e para terminar só duas breves considerações, é que a despesa com a área do desporto, são o dobro da soma da Acção Social, mais da saúde ou seja 0,73% do orçamento, é quanto se vai gastar com a saúde. Só os subsídios ao desporto, são superiores àquelas duas áreas e são certamente não será com o desporto amador, é com o desporto profissional. Até pergunto com alguma ironia, se não será para pagar a contratação de um novo treinador do Beira-mar ou/e para pagar o passivo do Aveiro Basket.

Portanto a conclusão que se tira é que este orçamento, foi elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal, não há quase nenhuma opções políticas e por isso é que os senhores nos gabinetes, limitaram-se a receber aquilo que os técnicos mandaram e vieram aqui demonstrar no documento aquilo que de facto é, que já foi aqui apelidado de formigas, de tabelas de merceiro, etc. Não se trata de facto de um documento político, porque não tem opções políticas.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁴

“Senhora Presidente, eu esqueci-me de fazer uma pergunta como viu, demoro dez segundos a fazê-la. A pergunta que eu queria fazer e que esqueci há bocado, daí aquela hesitação era, auditoria. Há uma auditoria feita pela IJF, mas é uma auditoria paga pela Câmara, feita tanto quanto sei, por uma empresa de auditoria, revisão de contas e auditoria. Tinha de apresentar um relatório segundo eu ouvi no contrato em Outubro, estamos em Janeiro ou seja três meses depois, já há números dessa auditoria, como é que é? São números fiáveis, não são números fiáveis? Há números? Gostaríamos de saber. São esses números que depois são explicados, assim às vezes nas entrelinhas ou ditos sem querer, que perturbam efectivamente os municípios e nomeadamente os membros desta Assembleia Municipal.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁵

“As bancadas que sustentam o executivo, PSD e CDS, manifestaram-se despreocupadas com este orçamento e eu acho bem. Pelo contrário, as bancadas da oposição, estão preocupadas com o mesmo orçamento. Eu não acho que deva haver preocupação exacerbada pelo orçamento. O orçamento como é sabido, é no fundo uma autorização para obter receitas e uma autorização para fazer despesas e por ter autorização para fazer despesas, por aí não vem mal ao mundo. Mal é que as receitas e as despesas, sejam feitas em desorçamentação.

Não tenho bases para dizer que no passado isso aconteceu, algumas vezes ouvi dizer que se gastava desorçamentadamente, e eu creio que quando se aludia a este termo, queria dizer-se que se gastava fora daquilo que estava previsto no orçamento.

Agora o que nos pode preocupar, e temos agora o resultado, aliás espelhado neste orçamento, é a forma como o orçamento se cumpre. Isso já é coisa diferente e o que eu peço a este executivo, é que dada a desastrosa situação financeira, em que se encontrou colocado quando tomou posse, não caia agora no erro de fazer despesas autorizadas, que não sejam sustentadas pela receita. É isso porque nós devemos pugnar, quer dizer, devemos obter razões, até confiança nas pessoas que fazem a tripulação deste barco, conduzem esta barcaça, importante, que estão autorizados a gastar e a obter receitas, que as façam com equilíbrio. Portanto é esse o voto que eu faço aqui ao executivo e penso que interpreto justamente os anseios não só da nossa bancada, mas de todos os aveirenses.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴³⁶

“Eu vou ser muito breve e é só para dizer, segundo aquilo que o Senhor Vereador Pedro Ferreira, entendeu das minhas palavras, que eu, que tinha dito que a actuação da Câmara era inócua, mas que ia afectar entidades externas em determinados serviços, quer dizer, o ser inócua, e ser inoperante até determinada altura, não quer dizer que isso se perpassa no tempo e que seja inoperante para todo o sempre; - mal de nós que isso assim fosse.

Portanto esperemos que haja trabalho e que haja obra, só que esse trabalho e essa obra, não seja pela negativa, não seja por aquilo que nós reputamos de mau, que é a entrega portanto, a sectores externos, à autarquia de serviços que são serviços públicos fundamentalmente.

E quanto a isso até passo a dizer, que eu acho importante, que a haver intenção de efectivamente combater a dívida neste momento, nós temos um exemplo bem vivo que foi a entrega ao serviço externo do serviço de resíduos sólidos, a entrega à SUMA dos serviços, que todos nós sabemos hoje, a quantia de dinheiro que se gastou exageradamente e que se está a gastar permanentemente, comparativamente à despesa que provocava ao erário municipal, e porque não pensarmos então nós nisto, dar a mão à palmatória por exemplo, e pensar em voltar atrás, porque com certeza seria o primeiro sintoma, que estávamos interessados de facto, em combater a dívida e a ir buscar algum dinheiro, que estamos a gastar exageradamente, relativamente ao ano anterior.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴³⁷

“Senhora Presidente apenas e só para colocar ao orador que me antecedeu, o seguinte pedido de esclarecimento. Quando será que o Partido Comunista Português, entrará definitivamente na era moderna? É que já é cansativo por exemplo, no caso que colocou não ouvir falar de serviço ao cliente. Os senhores sabem o que isso é? É que Senhor António Regala, eu sei o que isso é! Eu sei que sabe, que o senhor sabe que eu sei, o que isso é. Até pela profissão que brilhantemente desempenha no dia a dia.

Mas o Partido Comunista Português, não pode ignorar essas questões. Serviço ao cliente é fundamental, e não falo aqui de SUMA, de ERSUC, nem de nenhuma empresa. Serviço ao cliente. É uma questão fundamental. Por amor de Deus. Os senhores quando é que entram definitivamente na era moderna? Era só isso, muito obrigado.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴³⁸

“Dá-me licença Senhora Presidente? Aliás, tenho que responder porque, embora saiba que eu que sei, pelos vistos não sabe que eu que sei. No entanto, digo-lhe o seguinte: serviço ao cliente, é prestar o melhor serviço e o melhor preço e se nós temos hipóteses entre uma e outra alternativa, de prestar o mesmo serviço com a mesma qualidade, eu sinceramente opto pelo serviço mais barato.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁹

“Em nome da bancada do PSD, pois nós sentimo-nos realmente esclarecidos com este debate. Acho que este debate foi esclarecedor, não tenho muito mais a dizer, no entanto só gostaria de realçar, em relação a este serviço, desde que este serviço está a ser prestado pela SUMA, - é um facto que a qualidade do serviço melhorou muito. A cidade e as zonas abrangidas pela recolha do lixo por esta empresa é um facto que tem sido benéfico para todos, agora parece-me é que realmente o preço precisa de ser negociado. Temos um contrato que nos está a onerar muito, mas é um assunto que a câmara tem que ponderar e está a ponderar e de certeza que vai resolver a contento de todos, e pelo interesse também dos munícipes.”

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁰

“Eu estava para prescindir dado que estamos todos esclarecidos, mas falei com tanto entusiasmo e tão convencido de que podia levar a carta a Garcia, que terminaria a complementar a minha intervenção; - havia aquele slogan sobre o dar sangue, “dê, vai ver que não custa nada”; eu diria à bancada do Partido Socialista, votem favoravelmente que vão ver que não se vão arrepender.”

Vogal Óscar Paulo (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴¹

“Como fui interpelado, gostava só de dar uma resposta ao Deputado Jorge Afonso, sobre o vinte metros de calcetamento, ali na rua João Mendonça. Só para lhe dizer que isso é uma obra da Polis e da câmara municipal de Aveiro, obviamente que a junta de freguesia, não vai acabar a obra e paga-la, como um deputado aqui disse e muito bem. Portanto, não é justo que seja a junta de freguesia a acabar a obra, e a paga-la.”

Da Câmara Municipal

Vereador Jorge Greno ⁰⁴²

“Quería responder ao Sr. Deputado Jorge Afonso, relativamente à política desportiva da câmara de Aveiro e aos valores, fez uma comparação com a acção social, - não percebi o sentido da comparação. Agora, sabe o senhor deputado, e sabe muito bem que o valor que está para desporto, mais de oitenta por cento é para a pista de remo, e sabe o senhor deputado que uma boa parte do valor que lá está, é para contratos programa com os clubes desportivos. E sabe o Sr. Deputado que também há subsídios extraordinários a clubes desportivo; - não na qualidade de deputado que sabe isto, mas na qualidade de um presidente de um clube que beneficia disto tudo.”

(Saíram da sala os Vogais António Ildebrando Nunes Costeira e Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares)

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴³

“Em relação aquilo que disse o deputado José Costa, de facto iremos tratar de ver esse relatório, embora o conheçamos, - mas o Sr. Presidente vai esclarecer a questão da SIMRIA. Em relação ao aluguer de espaços; basicamente o que nós temos é o Centro de Congressos e portanto, reavaliámos esse aluguer.

Em relação à ERSUC, é uma receita da câmara em função da recolha directa das empresas, e portanto, é uma receita da câmara que também foi reavaliada.

A questão do valor das rendas e alienação de partes sociais, obviamente tudo será trazido à Câmara, nós temos a noção e para isso foram feitos os cálculos, e normalmente à TIRES estimadas por isso normalmente é índice 69%, e foi esses valores que nós estimámos e depois tudo o que seja em concreto será trazido aqui, como é óbvio, nem de outra maneira seria executável.

De qualquer maneira gostava de dizer duas coisas; primeiro, a questão do teatro nunca foi falado por mim, foi um jornalista em conversa, e portanto, é só para esclarecer.

O Deputado Raúl Martins falou da questão das águas; mais uma vez, não é por aí, nós tudo o que faremos traremos a esta casa, - como é óbvio, agora eu gostava de transmitir o seguinte: neste momento, 60% da água que é consumida em Aveiro, é fruto de uma concessão e que eu saiba isso nunca foi posto em causa; aliás é a concessão com melhores resultados, em termos de qualidade de água e qualidade ambiental do país. Portanto, se quiserem façam o trabalho de casa, e depois nós falaremos sobre isso.

Em relação á questão sobre a auditoria que foi solicitada, não foi pedido por esta câmara nenhum relatório preliminar, foi por esta Assembleia; fomos nós que o determinámos. O relatório final será trazido aqui como é óbvio.”

Presidente da Câmara ^{uu}

“Quanto à questão aqui levantada da SIMRIA, já hoje em reunião de câmara foi um assunto que foi afluído, que foi analisado; - com a sinceridade que puder, despindo de considerações, de opiniões ou de juízos, vamos deixar ficar aqui alguns dos factos desse processo, para análise e consideração de todos.

Em oito de Maio de dois mil, vamos para sete anos, foi assinado o contrato de recolha de efluentes entre a SIMRIA e o município de Aveiro, no qual as partes assumiam como é normal de boa fé, diversos compromissos.

Em anexo a esse contrato, existe um protocolo que considera na clausula primeira, a deliberação de câmara, condição suspensiva do contrato, e na clausula segunda, obriga a que essa deliberação de câmara, seja obtida e o termo que é utilizado nessa adenda é, - “deverá ser obtida”, no prazo de dois meses.

Mais de dois anos depois, disto se ter passado, a câmara começou a fruir, a utilizar esse serviço da SIMRIA. E com data de trinta de Junho de dois mil e dois, teve inicio a facturação. Os proveitos correspondentes às facturas emitidas pela SIMRIA, nos anos de dois mil e dois e de dois mil e três, foram reconhecidos contabilisticamente e aprovados em Assembleia geral, da qual o município faz parte, tendo a SIMRIA cumprido normal e como é seu dever, todas as suas obrigações fiscais.

Em vinte e sete de Dezembro de dois mil e quatro, isto é, mais de quatro anos depois da assinatura do contrato, e dois anos e meio depois da câmara estar a fruir e a utilizar o serviço e ter começado a receber as facturas, - portanto, este tempo todo depois, a câmara devolveu à SIMRIA todas as facturas.

Em catorze de Janeiro de dois mil e cinco, logo a seguir, a SIMRIA responde à câmara a firmar aquela que é a sua razão ou que entende ser a sua razão, e a remeter novamente as facturas, ficando a aguardar, pela sua liquidação.

Entretanto, chamado a pronunciar-se neste processo, o instituto regulador de águas e resíduos, emite um parecer que em síntese afirma que o município está em incumprimento, perante um compromisso contratualmente assumido, e que a dívida do município deve ser regularizada.

Chegámos ao final de dois mil e cinco, isto é, mais de cinco anos e meio depois da assinatura do contrato, mais de três anos e meio depois da câmara estar a utilizar o serviço, e ter começado a receber a facturação, com este assunto por resolver.

A SIMRIA continuava a enviar facturas e a exigir o pagamento, a câmara continuava a utilizar o serviço e a dizer que não tinha que pagar.

Estes são os factos. Adicionalmente devemos acrescentar que temos conhecimento apenas verbal e informal, que alguém com responsabilidades no anterior executivo, informou que terá havido um acordo com a SIMRIA, e até aparece o nome indicado, - o Dr. Sérgio Lopes, pelo qual tudo o que a câmara deveria, seria pago em dividendos futuros. Portanto, a câmara assumiria que deveria, mas esse pagamento passaria para dividendos futuros.

Como é nosso dever, confrontámos quer a SIMRIA, quer a pessoa indicada, - o Dr. Sérgio Lopes, confrontámo-las com essa situação, e quer a pessoa em causa, quer a SIMRIA, negam peremptoriamente este acordo, ou qualquer outro acordo que tenha havido. Negam isso peremptoriamente.

Estes são os factos, não houve aqui considerações, não houve nada, são os factos, é aquilo que nós sabemos que nós conhecemos e é aquilo que naturalmente estamos ao dispor depois, e aliás assumimos esse compromisso ainda hoje na reunião de câmara, de facultar estes documentos, para que as pessoas possam conhecer a situação, daquilo que se passa em relação à SIMRIA.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁵

“Tenho à minha frente o relatório da SIMRIA de 2005, - está na net, e pode ser consultado em www.simria.pt/fotos/gca/RelContas2005.pdf, nesse relatório a própria SIMRIA, mesmo facturando tudo, informa que em trinta e um de Dezembro de 2005, - no entender da SIMRIA que não da câmara de Aveiro, a dívida total é de seis milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, zero vinte e nove euros. Está aqui nas contas finais aprovadas.

Calculando em média aquilo que se gasta por mês, mais ou menos em termos de SIMRIA, em termos de valor, daria na data em que o Sr. Dr. assumiu a câmara de Aveiro, daria o valor, qualquer coisa como cinco vírgula sete milhões de euros. Não acha que é falacioso Sr. Presidente (?), o senhor vir aqui falar de uma dívida anterior de onze milhões de euros em Dezembro de 2005, - o Sr. Tomou posse em Novembro de 2005. Portanto, seria cinco vírgula sete. Mesmo no entendimento da SIMRIA que não era o da câmara, era muito menos do que aquilo que o senhor assumiu, e o senhor veio para aqui dizer que, - e foi aquilo que foi dito nesta sessão: fizeram acordo por onze milhões de euros, que era a dívida anterior. Portanto, diga-me se é verdade ou mentira? Ainda mais, que disse que nesse relatório havia uma posição prévia de efectivamente aceitar que as dívidas anteriores fossem pagas com dividendos a partir de 2015.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁶

“Só um esclarecimento final. Obviamente que o contrato não findou nessa data, continuou; assim como continuou para a câmara de Aveiro, continuou para os outros.”

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa, colocou à votação o ponto n.º 6 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados para 2007, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS7), zero abstenções e treze votos contra (PS11+PCP1+BE1). ⁰⁴⁷

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Regala (PCP): ⁰⁴⁸

“Estamos perante um orçamento brutalmente empolado, como tal só pode abrir ainda mais o caminho ao endividamento.

A impossibilidade de concretização da receita nele inscrita e a falta de soluções para o combate à despesa, demonstram a inexistência de rigor, e a ficção nele encerrada.

A falta de esclarecimento sobre verbas significativas não sendo fantasiosas, pressupõe falta de transparência e de seriedade.

A inexistência de medidas concretas e inseridas no orçamento, que promovam reequilíbrio financeiro, é o sintoma da permissão da continuação do aumento da dívida.

Por tudo isto, não podemos considerar um Plano e Orçamento sérios, nem tão pouco instrumentos de combate à dívida; e porque a aprovação ou não do Plano e Orçamento, não é um acto inócuo, não podemos concordar com o proposto.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS): ⁰⁴⁰

“Em nome da bancada do Partido Socialista, basicamente para transcrever a intervenção aduzida na discussão pelo deputado Raúl Martins, e para dizer que o Partido Socialista votou contra, por entender que este documento das Grandes Opções do Plano, não é um documento de política porque não traduz nenhuma opção política para o futuro de Aveiro neste ano.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): ⁰⁴¹

“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro, por entender serem estes os primeiros documentos que fazem face à monstruosidade da herança deixada pelo anterior executivo Socialista. Neles se contém opções e estratégias conducentes à minimização do passivo, à solidariedade municipal, na plenitude das suas vertentes, seja na acção social, na educação e na cultura e na projecção de um município virado para a água e para a ria, numa acção colectiva e participada por todos os cidadãos.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): ⁰⁴²

“A bancada do CDS na Assembleia Municipal de Aveiro votou a favor as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, por entender que nela está vertida a firme intenção de começar como disse a cumprir Aveiro, recuperando a credibilidade perdida em sete anos e meio, de mandato do partido socialista à frente dos destinos de Aveiro. Nelas estão vertidas as estratégias, os esforços e as intenções, para que Aveiro, “reganhe” o seu lugar, “reganhe” a sua posição e “reganhe” no espectro das cidades portuguesas, o primeiro lugar, - o lugar mais apetecível e seja de hoje em diante, daqui em diante, a cidade e o concelho que nós todos queremos que seja.”

De seguida a Presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta. ⁰⁴³

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião que será no dia 12 de Janeiro (6.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 09 de Janeiro de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel

Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)